REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

BIBLIOTERAPIA NA BIBLIOTECA ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DE CRIANÇAS

BIBLIOTHERAPY IN THE SCHOOL LIBRARY: CONTRIBUTIONS OF READING TO CHILDREN'S SOCIOEMOTIONAL DEVELOPMENT

Ciências Humanas • 16/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794557934

Antonio Rocha Freire Milhomens[1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições da biblioterapia desenvolvida no contexto da biblioteca escolar para o desenvolvimento socioemocional de crianças. Parte-se do entendimento de que a leitura literária, quando acompanhada de mediação sensível e de espaços de diálogo, pode favorecer o reconhecimento das emoções, a construção da empatia, a expressão de sentimentos, a imaginação e a convivência social. Metodologicamente, trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em estudos brasileiros sobre biblioterapia, leitura literária, mediação da leitura e formação de leitores. Discute-se a biblioteca escolar como espaço educativo, cultural e de acolhimento, capaz de ampliar as experiências de leitura para além da decodificação de palavras. Destaca-se o papel do bibliotecário e dos professores na organização de atividades que articulem histórias, conversas, desenhos, dramatizações e outras formas de expressão infantil. Os estudos analisados apontam possibilidades de contribuição da biblioterapia para a socialização, a criatividade e a elaboração de experiências afetivas, embora não permitam afirmar que a leitura, isoladamente, produza resultados terapêuticos uniformes. Conclui-se que a biblioterapia pode integrar as práticas educativas da biblioteca escolar, desde que respeite a singularidade das crianças, a diversidade cultural e emocional e os limites de atuação dos profissionais envolvidos.

Palavras-chave: Biblioterapia; Biblioteca Escolar; Leitura Literária; Desenvolvimento Socioemocional; Mediação da Leitura.

ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of bibliotherapy in school libraries to children's socioemotional development. It is based

on the understanding that literary reading, when accompanied by sensitive mediation and opportunities for dialogue, may support emotional recognition, empathy, the expression of feelings, imagination, and social interaction. Methodologically, this study consists of a qualitative, exploratory narrative literature review grounded in Brazilian research on bibliotherapy, literary reading, reading mediation, and reader development. The school library is discussed as an educational, cultural, and welcoming environment that can expand reading experiences beyond word decoding. The roles of librarians and teachers in organizing activities involving stories, conversations, drawings, dramatizations, and other forms of children's expression are highlighted. The studies reviewed indicate that bibliotherapy may contribute to socialization, creativity, and the processing of emotional experiences, although they do not support the claim that reading alone produces uniform therapeutic outcomes. It is concluded that bibliotherapy can be incorporated into school library educational practices, provided that children's individuality, cultural and emotional diversity, and the professional boundaries of those involved are respected.
Keywords: Bibliotherapy; School Library; Literary Reading; Socioemotional Development; Reading Mediation.

1. INTRODUÇÃO

A leitura ocupa um lugar importante na formação humana, pois possibilita o contato com diferentes experiências, culturas, valores, conflitos e formas de compreender o mundo. No contexto escolar, a literatura infantil pode contribuir não apenas para o desenvolvimento da linguagem e da imaginação, mas também para a reflexão sobre sentimentos, relações interpessoais e situações vivenciadas pelas crianças. Candido (2011) compreende a literatura

como um direito humano e destaca sua relação com a humanização, enquanto Coelho (2000) discute as especificidades estéticas e educativas da literatura infantil.

A biblioteca escolar, nesse cenário, constitui um espaço privilegiado para a aproximação entre leitores e obras literárias. Quando organizada como ambiente acessível, acolhedor e culturalmente diverso, ela favorece experiências de leitura que ultrapassam o cumprimento de tarefas escolares e promovem o encontro voluntário com os livros, a escuta e a participação. Campello (2003) destaca a função educativa da biblioteca escolar e sua contribuição para a aprendizagem, ao passo que Fragoso (2002) discute a importância da biblioteca escolar como espaço de formação e desenvolvimento de práticas de leitura.

É nesse contexto que se insere a biblioterapia, compreendida, neste trabalho, como uma prática de mediação que utiliza textos literários e atividades de leitura para favorecer a reflexão, o diálogo e a elaboração de experiências humanas (Caldin, 2001; Seixas, 2020). No ambiente escolar, essa prática pode assumir caráter preventivo, educativo, cultural e de promoção do bem-estar, contribuindo para a expressão de sentimentos, a socialização e a construção de sentidos a partir da experiência literária (Andrade; Pereira, 2023; Piaz; Pereira, 2023). Sua realização pode envolver a leitura compartilhada, a escuta, o diálogo e atividades lúdicas, valorizando a participação dos estudantes e o acolhimento de suas experiências.

Ressalta-se, entretanto, que, quando desenvolvida como prática educativa e de mediação literária, a biblioterapia não deve ser confundida com tratamento psicológico ou atendimento clínico, os quais possuem objetivos e exigências profissionais específicos.

Caldin (2001) aborda a leitura como função terapêutica e discute seus possíveis efeitos sobre a experiência do leitor. Lucas, Caldin e Silva (2006), por sua vez, apresentam uma experiência de biblioterapia com crianças em idade pré-escolar, contribuindo para a discussão de aplicações da leitura mediada em contextos educativos.

O interesse pelo tema decorre da necessidade de compreender de que maneira a biblioteca escolar pode contribuir para o desenvolvimento socioemocional infantil por meio de práticas de leitura mediada.

Embora as histórias ofereçam oportunidades para reconhecer emoções, compreender perspectivas diferentes e refletir sobre conflitos, tais contribuições dependem da qualidade da mediação, das características dos leitores e das condições em que as atividades são realizadas. Essa compreensão pode ser relacionada às reflexões de Oliveira (1997) sobre o desenvolvimento humano nas interações sociais e às contribuições de Zilberman (2003) acerca da relação entre literatura infantil e formação do leitor.

Lucas, Caldin e Silva (2006), ao investigarem a aplicação da biblioterapia com crianças em idade pré-escolar, desenvolveram atividades de contação de histórias e propostas lúdicas, observando as reações dos participantes.

O estudo oferece uma referência brasileira relevante para discutir as possibilidades de articulação entre literatura, imaginação, interação social e expressão afetiva. Por se tratar de um estudo de caso, seus resultados devem ser compreendidos em relação ao contexto

investigado, sem generalização automática para todas as escolas ou grupos infantis.

Diante disso, estabelece-se a seguinte questão norteadora: de que maneira a biblioterapia desenvolvida na biblioteca escolar pode contribuir para o desenvolvimento socioemocional de crianças? O objetivo geral consiste em analisar as possíveis contribuições da biblioterapia para o desenvolvimento socioemocional infantil no contexto da biblioteca escolar. Como objetivos específicos, busca-se conceituar a biblioterapia e sua relação com a leitura literária; discutir as possibilidades de desenvolvimento de competências socioemocionais por meio de histórias mediadas; identificar estratégias que possam ser desenvolvidas na biblioteca escolar; e refletir sobre os limites éticos e pedagógicos dessa prática.

A formulação desses objetivos está alinhada à orientação metodológica de Gil (2002), segundo a qual a delimitação do problema e a definição dos objetivos são etapas fundamentais para o planejamento da pesquisa científica.

2. PROCEDIEMNTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. Essa escolha permite reunir e discutir contribuições teóricas e estudos brasileiros relacionados à biblioterapia, à literatura infantil, à mediação da leitura e à atuação educativa da biblioteca escolar.

De acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias buscam proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, enquanto Minayo (2001) apresenta a abordagem qualitativa como

adequada à compreensão de significados, relações e fenômenos sociais.

O levantamento bibliográfico teve como referência trabalhos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, além de publicações relacionadas à leitura como prática de reflexão e mediação cultural. A seleção das fontes considerou sua pertinência temática, sua contribuição conceitual e sua relação com as práticas de leitura dirigidas às crianças.

A análise foi organizada em quatro eixos: concepções de biblioterapia; leitura e desenvolvimento socioemocional; biblioteca escolar e mediação literária; e possibilidades e limites da prática biblioterapêutica. Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite examinar contribuições publicadas sobre determinado problema, enquanto Lima e Mioto (2007) destacam a importância da definição de procedimentos metodológicos para a realização de pesquisas bibliográficas.

Por se tratar de uma revisão narrativa, não se pretende apresentar um levantamento sistemático e exaustivo de todas as publicações existentes sobre o tema. Também não foram realizadas entrevistas, observações de campo ou intervenções com crianças para a elaboração deste artigo. Assim, as considerações apresentadas decorrem da discussão da literatura, e não de resultados empíricos produzidos especificamente para esta investigação.

Essa delimitação é coerente com a distinção entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo discutida por Gil (2002) e com a compreensão de Minayo (2001) acerca das diferentes possibilidades metodológicas de investigação científica.

A literatura brasileira consultada permite compreender a biblioterapia como uma prática que articula leitura, interação e expressão. As referências consultadas oferecem um exemplo concreto de atividades de contação de histórias e propostas lúdicas com crianças, contribuindo para a discussão das possibilidades da leitura mediada no ambiente educativo. Caldin (2001) discute a leitura como função terapêutica, enquanto Lucas, Caldin e Silva (2006) apresentam um estudo de caso sobre biblioterapia com crianças em idade pré-escolar, envolvendo histórias e atividades lúdicas.

A principal contribuição dessa abordagem para o desenvolvimento socioemocional está na criação de oportunidades para que as crianças entrem em contato com diferentes experiências humanas, atribuam sentidos às narrativas e participem de conversas sobre relações, sentimentos e conflitos.

A leitura pode favorecer a ampliação do vocabulário emocional e a consideração de perspectivas diferentes, mas seus efeitos dependem das condições de mediação e das experiências individuais. Essa interpretação pode ser articulada às contribuições de Caldin (2001) sobre a dimensão afetiva da leitura e de Oliveira (1997) sobre o desenvolvimento humano nas interações sociais, sem pressupor que a leitura produza efeitos uniformes em todas as crianças.

A biblioteca escolar apresenta condições favoráveis para esse trabalho por reunir acervo, espaço de convivência e profissionais envolvidos com a leitura. Entretanto, para que as atividades sejam significativas, é necessário superar uma concepção instrumental do livro.

A literatura não deve ser utilizada apenas para corrigir comportamentos ou ensinar regras, mas como experiência cultural capaz de provocar perguntas, ampliar repertórios e promover encontros. Campello (2003) discute a função educativa da biblioteca escolar, enquanto Candido (2011) contribui para compreender a literatura como um direito humano e uma experiência relacionada à humanização.

Também é necessário reconhecer limites na produção de conhecimento sobre o tema. Um estudo de caso permite examinar experiências específicas e levantar possibilidades, mas não comprova que os mesmos resultados ocorrerão em todos os contextos.

A avaliação de programas de biblioterapia pode ser ampliada por novas pesquisas brasileiras, com descrição transparente dos procedimentos, acompanhamento das atividades e consideração das percepções de crianças, professores e bibliotecários. Gil (2002) oferece fundamentos para a compreensão dos procedimentos e limites das pesquisas científicas, enquanto Lucas, Caldin e Silva (2006) constituem uma referência específica para a análise de experiências de biblioterapia com crianças.

As investigações futuras poderiam examinar a frequência das atividades, os critérios de seleção das obras, as estratégias de mediação e as formas éticas de acompanhar a participação infantil. Tais pesquisas contribuiriam para qualificar as práticas sem reduzir o desenvolvimento socioemocional a indicadores simplificados ou atribuir à leitura efeitos que não tenham sido demonstrados.

Essa proposta relaciona-se às orientações metodológicas de Lima e Mioto (2007) sobre o planejamento da pesquisa bibliográfica e às reflexões de Caldin (2001) sobre a leitura como prática que pode mobilizar sentimentos e favorecer a reflexão.

3. BIBLIOTERAPIA: CONCEITOS E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS

A biblioterapia articula leitura, literatura e mediação com a finalidade de proporcionar experiências de reflexão e elaboração de sentimentos. Sua prática pode envolver leitura individual ou coletiva, contação de histórias, conversa sobre personagens, produção artística e outras atividades que permitam aos participantes atribuir sentidos ao texto.

Essa compreensão relaciona-se à abordagem de Caldin (2001), que discute a leitura como função terapêutica, e às reflexões de Bortolin (2010) sobre a mediação oral da literatura e a importância da interação entre leitores, narrativas e mediadores.

Caldin (2001), em seu estudo sobre a leitura como função terapêutica, contribui para a discussão da dimensão afetiva da leitura e de sua relação com a experiência do leitor. Nessa perspectiva, o texto literário não deve ser entendido como um instrumento de transmissão de respostas prontas, mas como uma possibilidade de encontro com diferentes experiências humanas.

Essa compreensão também dialoga com Candido (2011), que reconhece a literatura como um direito humano e destaca sua importância para a humanização, sem restringir sua relevância a finalidades utilitárias.

A narrativa apresenta personagens que enfrentam medos, perdas, conflitos, alegrias, frustrações e descobertas. Ao acompanhar essas experiências, a criança pode reconhecer sentimentos semelhantes aos seus, perceber que outras pessoas também enfrentam dificuldades e imaginar diferentes maneiras de lidar com determinadas situações.

Esse processo, contudo, não ocorre de maneira automática nem igual para todas as crianças. Coelho (2000) contribui para essa discussão ao abordar as especificidades da literatura infantil, enquanto Zilberman (2003) analisa a relação entre literatura, leitura e formação do leitor.

A biblioterapia também pode favorecer a expressão de sentimentos que, em algumas circunstâncias, são difíceis de verbalizar diretamente. Falar sobre uma personagem que sente medo ou tristeza, por exemplo, pode criar uma oportunidade de diálogo sem exigir que a criança exponha imediatamente suas próprias vivências.

Caldin (2001) discute as possibilidades da leitura na mobilização de sentimentos e na reflexão do leitor, enquanto Freire (1996) oferece subsídios para defender uma mediação baseada no diálogo, no respeito à autonomia e na liberdade de expressão dos participantes.

Lucas, Caldin e Silva (2006) desenvolveram um estudo de caso com crianças em idade pré-escolar, recorrendo à contação de histórias e a atividades lúdicas. Os autores registram que “foram realizados treze encontros, com 22 crianças” (Lucas; Caldin; Silva, 2006, p. 398). Essa informação evidencia o caráter organizado da intervenção estudada e permite distinguir a experiência relatada pelos pesquisadores de uma atividade ocasional de leitura.

O trabalho apresenta contribuições para a compreensão da biblioterapia como prática sociocultural que pode envolver o bibliotecário em ações de formação de leitores e interação infantil. Entretanto, por se tratar de um estudo de caso situado, seus resultados não devem ser generalizados automaticamente para todas as faixas etárias, escolas ou contextos socioculturais. Essa interpretação pode ser relacionada às discussões de Caldin (2001) sobre a leitura como recurso terapêutico e de Campello (2003) sobre a função educativa da biblioteca escolar, respeitando as diferenças entre os objetivos e os contextos de cada abordagem.

É necessário, ainda, distinguir biblioterapia de leitura recreativa e de práticas clínicas. Embora essas modalidades possam compartilhar livros e narrativas, seus objetivos e suas formas de condução não são necessariamente os mesmos. Na biblioteca escolar, a proposta deve priorizar a experiência literária, a participação voluntária, a escuta e a construção coletiva de sentidos, sem atribuir ao livro a capacidade de diagnosticar ou tratar, por si só, dificuldades emocionais.

Essa distinção encontra respaldo em Caldin (2001), no que diz respeito à discussão da leitura terapêutica, e em Candido (2011), cuja reflexão sobre o direito à literatura contribui para reconhecer o valor da experiência literária para além de sua utilidade imediata.

4. A LEITURA LITERÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL INFANTIL: RECONHECIMENTO E EXPRESSÃO DAS EMOÇÕES

O desenvolvimento socioemocional envolve processos relacionados ao reconhecimento e à expressão das emoções, à compreensão das

perspectivas alheias, à construção da identidade, à convivência, à cooperação e à resolução de conflitos.

Na infância, esses processos se desenvolvem nas interações com familiares, colegas, professores e outros integrantes da comunidade, sendo influenciados pelas experiências culturais e pelas condições de vida. Essa compreensão dialoga com as contribuições de Oliveira (1997) sobre o desenvolvimento humano nas interações sociais e com as reflexões de Wallon (2007) acerca das relações entre afetividade, cognição e desenvolvimento infantil.

A literatura infantil pode contribuir para essas experiências ao apresentar personagens com características, desejos, sentimentos e comportamentos diversos. A criança leitora é convidada a acompanhar acontecimentos, interpretar atitudes, antecipar consequências e construir explicações para as escolhas das personagens. De acordo com Coelho (2000), a literatura infantil apresenta características estéticas e narrativas próprias, enquanto Zilberman (2003) discute a relação entre literatura infantil, formação do leitor e experiência de leitura.

As narrativas podem oferecer vocabulário e situações para conversar sobre alegria, raiva, medo, tristeza, vergonha, saudade e frustração. Ao discutir as reações de uma personagem, a criança tem a oportunidade de identificar emoções e perceber que elas podem ser expressas de diferentes maneiras. Essa possibilidade pode ser compreendida à luz das reflexões de Wallon (2007) sobre a importância da afetividade no desenvolvimento infantil e de Caldin (2001) sobre as possibilidades da leitura como experiência capaz de mobilizar sentimentos e favorecer a reflexão.

Uma história sobre o medo do escuro, por exemplo, pode iniciar uma conversa sobre situações que causam insegurança, sobre o que ajuda cada pessoa a se sentir protegida e sobre as diferentes formas de enfrentar uma dificuldade. A atividade não precisa exigir relatos pessoais: a criança pode participar comentando a história, desenhando ou apenas ouvindo. Essa proposta se aproxima das possibilidades de mediação da leitura discutidas por Caldin (2001), desde que a participação seja voluntária e que a experiência literária seja respeitada em suas diferentes formas de recepção.

Lucas, Caldin e Silva (2006), ao relatarem atividades com crianças em idade pré-escolar, apresentam uma experiência de biblioterapia que envolve histórias e propostas lúdicas. O estudo oferece subsídios para refletir sobre as interações produzidas durante atividades de leitura com crianças e sobre a importância de considerar suas manifestações no processo de mediação, sem limitar a experiência à compreensão literal do enredo.

É importante, entretanto, que o mediador não intérprete automaticamente uma fala ou um desenho como evidência de um problema emocional. A produção infantil admite múltiplos sentidos e deve ser acolhida com respeito, sem diagnósticos improvisados. Essa cautela é coerente com as contribuições de Oliveira (1997) sobre a complexidade do desenvolvimento humano e com o respeito à singularidade da criança defendido por Freire (1996) no âmbito da prática educativa.

A empatia envolve a capacidade de considerar os sentimentos e as perspectivas de outras pessoas. Ao entrar em contato com personagens que vivem situações diferentes das suas, a criança pode ampliar sua compreensão das relações humanas e refletir

sobre as consequências de atitudes de acolhimento, exclusão, solidariedade ou agressividade. Essa discussão pode ser articulada às reflexões de Wallon (2007) sobre a dimensão social e afetiva do desenvolvimento e às de Zilberman (2003) sobre as possibilidades formativas da literatura infantil.

Perguntas como “Como você acha que essa personagem se sentiu?” ou “O que poderia ter acontecido se alguém tivesse ajudado?” incentivam a interpretação e o diálogo. O objetivo não é determinar uma única resposta correta, mas permitir que diferentes pontos de vista sejam apresentados e discutidos. Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Freire (1996) sobre o diálogo e a autonomia dos educandos e de Colomer (2007) sobre a importância da formação de leitores capazes de construir sentidos a partir da leitura literária.

A mediação também deve evitar a imposição de julgamentos morais simplistas. Personagens complexas, que cometem erros e precisam rever suas escolhas, oferecem oportunidades para compreender que os comportamentos humanos dependem de contextos e que conflitos podem ser discutidos sem reduzir as pessoas a rótulos. Nesse sentido, Candido (2011) reconhece a relevância da literatura para a humanização, enquanto Colomer (2007) aborda a formação literária como processo que envolve a interpretação e a construção de significados, para além da transmissão de ensinamentos morais.

A leitura literária favorece a criação de imagens mentais, a formulação de hipóteses e a construção de significados. Quando a criança reconta uma história, modifica seu final, dramatiza uma cena ou cria uma personagem, ela participa ativamente da experiência literária. Essas práticas relacionam-se às reflexões de Colomer (2007)

sobre a formação do leitor literário e de Coelho (2000) sobre as possibilidades expressivas e estéticas da literatura infantil.

Na biblioterapia, essas atividades podem oferecer diferentes formas de expressão. Uma criança que demonstra pouca disposição para falar diante do grupo, por exemplo, pode preferir desenhar uma cena, escolher uma imagem ou participar de uma dramatização coletiva.

A diversidade de possibilidades contribui para que a participação não dependa exclusivamente da expressão verbal. Caldin (2001) discute a leitura como recurso que pode favorecer a reflexão e a mobilização de sentimentos, enquanto Lucas, Caldin e Silva (2006) apresentam uma experiência com crianças que permite considerar a importância de atividades lúdicas associadas à leitura.

O estudo de Lucas, Caldin e Silva (2006) relaciona a contação de histórias e as atividades lúdicas à criatividade, ao imaginário e à interação entre crianças. Essa contribuição permite compreender que a experiência de leitura pode ser ampliada por atividades expressivas, desde que elas não transformem a literatura em mero pretexto para exercícios escolares. Essa orientação também se aproxima das reflexões de Candido (2011) sobre o valor da literatura como experiência humana e cultural que não deve ser reduzida a uma finalidade exclusivamente instrumental.

As histórias podem apresentar situações de amizade, disputa, exclusão, reconciliação, cooperação e respeito às diferenças. A discussão desses enredos permite refletir sobre formas de convivência e sobre as consequências das decisões tomadas pelas personagens. Essa abordagem encontra apoio nas contribuições de

Coelho (2000), ao discutir as possibilidades temáticas e estéticas da literatura infantil, e de Zilberman (2003), ao analisar a relação entre a literatura destinada às crianças e a formação do leitor.

Na biblioteca escolar, rodas de conversa e atividades em pequenos grupos podem estimular a escuta, o respeito aos turnos de fala e o reconhecimento de opiniões divergentes. A mediação deve assegurar que crianças mais tímidas ou com diferentes formas de comunicação também encontrem oportunidades de participação. Campello (2003) discute a função educativa da biblioteca escolar e sua contribuição para as práticas de aprendizagem, enquanto Freire (1996) ressalta a importância do diálogo e do respeito à autonomia dos participantes nos processos educativos.

Essas práticas não garantem, isoladamente, mudanças permanentes no comportamento. O desenvolvimento socioemocional depende de experiências continuadas, relações seguras e coerência entre os diferentes ambientes frequentados pela criança.

Por isso, a leitura mediada deve integrar um conjunto mais amplo de ações educativas. Essa compreensão dialoga com Oliveira (1997), ao considerar o desenvolvimento humano como um processo constituído nas relações sociais, e com Freire (1996), que compreende a educação como uma prática contínua, relacional e comprometida com a formação dos sujeitos.

5. A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE ACOLHIMENTO: MEDIAÇÃO, SELEÇÃO DE OBRAS E ACESSIBILIDADE

A biblioteca escolar não deve ser compreendida apenas como local de armazenamento, empréstimo e consulta de livros. Ela pode

funcionar como ambiente de encontro, descoberta, convivência e participação cultural, no qual crianças com diferentes repertórios e experiências tenham acesso à literatura e à possibilidade de construir suas próprias interpretações.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Campello (2003) sobre a função educativa da biblioteca escolar e sua contribuição para a aprendizagem, a formação dos leitores e o desenvolvimento de práticas de pesquisa e leitura no ambiente escolar.

A realização de atividades biblioterapêuticas exige planejamento e atenção às características dos leitores. A escolha das obras deve considerar a faixa etária, o desenvolvimento linguístico, a diversidade cultural, os interesses do grupo e a sensibilidade dos temas abordados. Nesse sentido, Caldin (2001) discute as possibilidades da leitura como recurso terapêutico, enquanto Coelho (2000) destaca a importância de considerar as características da literatura infantil na seleção e na mediação das obras.

Também é importante disponibilizar narrativas com diferentes configurações familiares, características físicas, origens sociais, culturas e modos de vida. Essa diversidade amplia as possibilidades de identificação e evita que apenas determinadas experiências sejam apresentadas como universais. A valorização da diversidade na literatura infantil relaciona-se à necessidade de reconhecer diferentes experiências sociais e culturais na formação dos leitores, considerando a literatura como espaço de representação simbólica e de ampliação de perspectivas (Coelho, 2000).

O bibliotecário pode selecionar obras, organizar o espaço, planejar atividades de leitura, mediar conversas e incentivar a participação

das crianças. O professor, por sua vez, pode colaborar na articulação dessas práticas com o cotidiano escolar, contribuindo para a continuidade das experiências de leitura. De acordo com Campello (2003), a biblioteca escolar possui uma dimensão educativa que se fortalece quando suas atividades se integram ao trabalho pedagógico. A colaboração entre bibliotecários e professores, portanto, pode contribuir para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de formação de leitores.

A parceria entre esses profissionais amplia as possibilidades educativas da biblioteca, desde que as responsabilidades sejam definidas e respeitadas. Quando surgirem situações que indiquem sofrimento intenso ou necessidade de acompanhamento especializado, cabe à equipe escolar acolher a criança e seguir os procedimentos institucionais adequados, sem transformar a atividade biblioterapêutica em atendimento clínico. Essa distinção é importante porque a biblioterapia, conforme discutida por Caldin (2001), envolve possibilidades de utilização da leitura com finalidade terapêutica, mas sua aplicação deve ser compreendida de acordo com os objetivos, o contexto e a preparação dos profissionais envolvidos.

A experiência discutida por Lucas, Caldin e Silva (2006) demonstra a pertinência de investigar a participação de profissionais ligados à leitura em atividades socioculturais com crianças. Seu estudo constitui uma referência para pensar a atuação do bibliotecário em colaboração com outros profissionais, considerando as particularidades de cada instituição.

A organização das atividades deve partir de objetivos claros, mas flexíveis. O mediador precisa estar preparado para respeitar o ritmo

das crianças, acolher diferentes reações e modificar uma proposta quando ela não se mostrar adequada ao grupo. Essa postura dialoga com Freire (1996), que defende o respeito à autonomia dos educandos e a valorização de uma prática educativa que considere os sujeitos em sua singularidade.

Uma sequência de atividades pode contemplar os seguintes momentos:

Acolhimento: organização de um ambiente confortável e apresentação da proposta, permitindo que as crianças compreendam que participar de falas ou produções individuais é uma escolha.

Leitura ou contação de histórias: apresentação de uma obra literária adequada à idade e ao contexto cultural do grupo, preservando o interesse estético e narrativo do texto.

Diálogo mediado: conversa aberta sobre personagens, acontecimentos, emoções e diferentes possibilidades de interpretação, sem exigir relatos pessoais.

Expressão criativa: desenho, dramatização, reconto oral, escrita espontânea ou produção coletiva, respeitando as preferências e as possibilidades de participação.

Encerramento: retomada voluntária das experiências, valorização das contribuições e indicação de outros livros relacionados ao interesse demonstrado pelo grupo.

Esses momentos não constituem um protocolo terapêutico rígido. São possibilidades pedagógicas que podem ser adaptadas à

realidade da biblioteca e às necessidades das crianças. A proposta de mediação deve valorizar a participação dos leitores e a construção de sentidos, sem reduzir a leitura a uma atividade mecânica ou a uma interpretação previamente estabelecida. Essa perspectiva é compatível com as reflexões de Freire (1996) sobre autonomia e participação no processo educativo.

Quanto a seleção do acervo, ela deve contemplar qualidade literária, diversidade de gêneros e adequação ao público. Contos populares, contos de fadas, poemas, narrativas contemporâneas, livros ilustrados e obras que abordem relações humanas podem integrar as atividades. Coelho (2000) oferece subsídios para compreender as particularidades da literatura infantil, contribuindo para escolhas que considerem tanto os leitores quanto as características das obras.

O tema emocional não precisa ser o único critério de escolha. A qualidade estética, a riqueza da linguagem, a construção das personagens e a possibilidade de interpretações diversas também devem ser valorizadas. Reduzir toda obra literária a uma mensagem moral ou a uma lição de comportamento pode limitar a experiência de leitura. Nesse sentido, Candido (2011) compreende a literatura como um direito humano e destaca sua relação com a humanização, perspectiva que reforça a importância de reconhecer o valor da experiência literária para além de finalidades estritamente instrumentais.

A acessibilidade também merece atenção. Livros com recursos táteis, audiolivros, materiais em formatos acessíveis e diferentes estratégias de mediação podem ampliar a participação de crianças com deficiência ou com distintas necessidades de comunicação. A inclusão exige considerar as características dos leitores sem

restringir sua participação a atividades simplificadas ou segregadas. Essa orientação encontra respaldo na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que estabelece condições para o exercício dos direitos à educação, à cultura e à participação social em igualdade de oportunidades (Brasil, 2015).

6. LIMITES E CUIDADOS ÉTICOS NA PRÁTICA DA BIBLIOTERAPIA

Embora a biblioterapia ofereça possibilidades educativas, sua aplicação requer cuidados éticos. O primeiro deles consiste em não apresentar a leitura como solução garantida para conflitos emocionais ou dificuldades de comportamento.

As experiências de leitura produzem sentidos diversos e não substituem o acompanhamento especializado quando este se faz necessário. Nesse sentido, Caldin (2001) destaca as possibilidades terapêuticas da leitura por meio da identificação, da projeção e da introspecção, aspectos que precisam ser compreendidos sem atribuir à biblioterapia resultados automáticos ou universais.

Outro cuidado diz respeito à liberdade de participação. A criança não deve ser obrigada a falar sobre sentimentos pessoais, compartilhar experiências familiares ou explicar publicamente suas produções.

O direito ao silêncio e a possibilidade de observar sem se manifestar precisam ser preservados. Essa perspectiva está relacionada à concepção de educação defendida por Freire (1996), que enfatiza o respeito à autonomia do educando e a importância de uma prática pedagógica que reconheça os sujeitos como participantes ativos do processo educativo.

A mediação também deve evitar interpretações precipitadas. Um desenho com elementos associados à tristeza ou uma história escolhida pela criança não constituem, isoladamente, evidência de sofrimento psicológico.

Caso surjam relatos preocupantes, a equipe deve acolher a criança com discrição, observar os protocolos de proteção e buscar a colaboração dos profissionais responsáveis. Essa cautela é coerente com as contribuições de Kupfer (2000) sobre a relação entre educação e subjetividade, que evidenciam a complexidade dos processos subjetivos presentes no contexto escolar e a necessidade de evitar reduções simplificadoras na compreensão da criança.

A confidencialidade e a proteção da privacidade são igualmente importantes. Relatos pessoais não devem ser expostos diante do grupo nem utilizados para constranger, rotular ou comparar participantes. Quando uma situação exigir encaminhamento, as informações devem ser tratadas de acordo com os procedimentos institucionais e com a proteção dos direitos da criança. Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proteção integral e a preservação da dignidade, da identidade e da integridade das crianças e dos adolescentes (Brasil, 1990), princípios que devem orientar as práticas educativas e os procedimentos de acolhimento no ambiente escolar.

Por fim, a biblioterapia na escola deve preservar a literatura como manifestação artística e cultural. As obras não precisam oferecer respostas diretas aos problemas cotidianos para serem relevantes. A ambiguidade, a fantasia, o humor, a beleza da linguagem e a liberdade interpretativa fazem parte da experiência literária e devem ser respeitados.

Conforme Candido (2011), a literatura está relacionada à humanização e constitui um direito fundamental, não devendo ser reduzida a uma finalidade estritamente instrumental. De modo complementar, Coelho (2000) ressalta a importância de considerar as especificidades da literatura infantil em sua dimensão estética e educativa.

Diante dessas considerações, a realização de práticas de biblioterapia no contexto escolar exige planejamento, sensibilidade e compromisso com a formação integral da criança. A seleção das obras, a organização das atividades e a postura do mediador devem considerar as características do grupo, a faixa etária dos participantes e a diversidade de experiências socioculturais presentes na escola.

Essa orientação dialoga com as reflexões de Coelho (2000) acerca da especificidade da literatura infantil e com a perspectiva de Freire (1996), segundo a qual a prática educativa deve respeitar a autonomia dos educandos. Assim, o planejamento da biblioterapia precisa articular objetivos pedagógicos, escolhas literárias adequadas e uma mediação sensível às particularidades das crianças, sem comprometer a liberdade de interpretação e a fruição estética.

A literatura infantil contribui para a formação do leitor e para a ampliação das possibilidades de compreensão do mundo, sem que sua utilização seja reduzida a uma finalidade exclusivamente terapêutica. Como destaca Coelho (2000), a literatura infantil possui especificidades estéticas e educativas que precisam ser consideradas na escolha e na mediação das obras, de modo a respeitar a criança como sujeito ativo na construção de sentidos.

Além disso, a efetividade das práticas de biblioterapia depende da construção de um ambiente acolhedor, no qual a escuta, o respeito às diferenças e a participação voluntária sejam princípios orientadores.

A mediação literária pode favorecer o diálogo, a imaginação e o reconhecimento de diferentes perspectivas, desde que não imponha interpretações únicas nem transforme a leitura em instrumento de avaliação psicológica. Caldin (2001) discute as possibilidades da leitura como função terapêutica, enquanto Colomer (2007) aborda a importância da formação do leitor literário e da construção de sentidos a partir das narrativas.

Essa compreensão aproxima-se da concepção de educação dialógica defendida por Freire (1996), segundo a qual o respeito à autonomia dos educandos constitui um princípio fundamental da prática educativa.

Assim, cabe ao mediador criar condições para que as crianças se expressem livremente, reconhecendo também o silêncio, a recusa em participar de determinada atividade e a multiplicidade de interpretações como manifestações legítimas de sua autonomia.

Essa perspectiva também se relaciona à concepção de literatura como experiência de formação humana apresentada por Candido (2011), que permite reconhecer o valor da leitura para além de objetivos utilitários. Conclui-se, portanto, que a biblioterapia na escola pode constituir uma prática educativa significativa quando articulada à promoção da leitura, à valorização da infância e à garantia dos direitos da criança.

Para isso, é necessário que sua implementação esteja vinculada a objetivos pedagógicos claros, à formação dos mediadores e à existência de procedimentos institucionais para o acolhimento e o encaminhamento de situações que demandem atenção especializada. Campello (2003) contribui para essa reflexão ao discutir a função educativa da biblioteca escolar, enquanto o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece princípios de proteção integral e respeito à dignidade infantil (Brasil, 1990).

A literatura deve permanecer como espaço de fruição estética, imaginação e liberdade interpretativa, sem a obrigação de produzir resultados emocionais previamente determinados. Essa perspectiva dialoga com a compreensão de Candido (2011) acerca da literatura como um direito humano, cuja relevância ultrapassa finalidades utilitárias e se relaciona à formação da sensibilidade e à humanização.

Desse modo, uma prática ética de biblioterapia não promete solucionar conflitos, mas reconhece o potencial da experiência literária para ampliar repertórios, favorecer encontros e enriquecer a formação humana.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão narrativa da literatura, foi possível compreender que a biblioterapia, desenvolvida no contexto da biblioteca escolar, apresenta potencial para contribuir com o desenvolvimento socioemocional das crianças, ao aproximar a leitura literária das experiências, dos sentimentos e das relações vivenciadas na infância.

As histórias, quando acompanhadas de uma mediação sensível e de oportunidades de diálogo, podem favorecer o reconhecimento e a

expressão das emoções, o desenvolvimento da empatia, a imaginação, a criatividade e a construção de relações mais respeitosas e solidárias.

Nesse sentido, a biblioteca escolar configura-se como um espaço educativo, cultural e de acolhimento, que ultrapassa a função de disponibilizar livros e passa a promover experiências significativas de leitura, interação e aprendizagem.

Para isso, a atuação conjunta de bibliotecários e professores é fundamental na seleção de obras adequadas à faixa etária, na organização de atividades participativas e na criação de um ambiente que valorize a escuta, o diálogo e as diferentes formas de expressão infantil, respeitando as particularidades e o ritmo de cada criança.

Entretanto, é importante destacar que a biblioterapia não deve ser compreendida como uma solução isolada para as dificuldades emocionais ou sociais da infância. Embora a literatura analisada aponte possibilidades de contribuição para a socialização, a criatividade e a elaboração de experiências afetivas, seus efeitos dependem de fatores como a qualidade da mediação, o contexto em que as atividades são realizadas e as características individuais das crianças.

Dessa forma, as práticas biblioterapêuticas devem respeitar os limites de atuação dos profissionais envolvidos, sem substituir o acompanhamento especializado quando este se fizer necessário.

Conclui-se, portanto, que a biblioterapia pode constituir uma importante estratégia de promoção do desenvolvimento socioemocional no ambiente escolar, especialmente quando

integrada ao planejamento pedagógico e às ações de incentivo à leitura. Ao reconhecer a literatura como instrumento de humanização, expressão e construção de sentidos, a biblioteca escolar reafirma seu compromisso com a formação integral das crianças.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar as pesquisas e as experiências práticas sobre a temática, a fim de compreender melhor as contribuições, as possibilidades e os limites da biblioterapia na infância, fortalecendo práticas educativas mais inclusivas, acolhedoras e sensíveis às necessidades das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lucas Veras de; PEREIRA, Thiago Felício Barbosa. Pensamento-invenção de um devir-professor: a biblioterapia como prática à deriva de leitura/escrita literária nas séries iniciais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** v. 28, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eb/a/bw94QJV4WbhZbPFNQ5HmMgK/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 13 out. 2026.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando.** 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/aa729428-6bdc-4591-8ccd-f56d0bd3a963/content. Acesso em: 13 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 out. 2026.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação,** Florianópolis/SC, Brasil, v. 6, n. 12, p. 32–44, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2001v6n12p32. Acesso em: 16 out. 2026.

CAMPELLO, Bernadete. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: https://gebe.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2024/08/A-FUNCAO-EDUCATIVA-DA-BIBLIOTECA-ESCOLAR-NO-BRASIL.pdf. Acesso em: 14 out. 2026.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In:* CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169–191.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil:** teoria, análise e didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros:** a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **Educação para o futuro:** psicanálise e educação. São Paulo: Escuta, 2000.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 10, número especial, p. 37–45, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 16 out. 2026.

LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CALDIN, Clarice Fortkamp; SILVA, Patrícia V. Pinheiro da. Biblioterapia para crianças em idade pré-escolar: estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 398–415, set./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/bHbjc6YTjmRC3Sq3StWRw8m/?lang=pt. Acesso em: 14 out. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na

formação de leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação,** v. 25, n. 2, p. 3–28, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24116. Acesso em: 16 out. 2026.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky:** aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

PIAZ, R. do C. Z. D.; PEREIRA, G. Biblioterapia como recurso humanizador na biblioteca escolar. **Revista ACB,** Florianópolis, v. 28, n. 4, p. 1–20, 2023. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1927. Acesso em: 16 out. 2026.

SEIXAS, Cristiana Garcez dos Santos. Biblioterapia e educação: sopros de cuidado entre leituras. **RevistAleph,** Niterói, n. 34, p. 239–259, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/41444. Acesso em: 16 out. 2026.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

---

[1] Lattes: http://lattes.cnpq.br/1344554182555110. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5826-4787.